



AOS TRABALHADORES DA PETROGAL/GALP **AS GALPADAS CONTINUAM...**

Têm sido profusamente noticiadas e comentadas as viagens e estadias pagas pela Galp Energia a membros do Governo para assistirem ao Europeu de futebol em França. Foi também referida uma lista com outras «personalidades» (não desmentida pela Galp), cujos nomes se mantêm em segredo (dizem os *entendidos* que *o segredo é a alma do negócio*).

Sobre as relações de promiscuidade entre o poder económico e político, as suas dimensões no campo da ética e da transparência, e o seu inevitável deslizamento para o domínio da corrupção, não acrescentaremos mais nada ao muito que já foi dito.

Também não entramos, neste caso em particular, no domínio da responsabilidade criminal dos seus intervenientes. Compete às entidades de investigação criminal averiguar e decidirem em conformidade (se para tal lhes forem assegurados os meios e as condições necessárias a uma investigação rigorosa, isenta e protegida da contaminação, sempre presente, dos interesses instalados).

Queremos, ainda, deixar claro que, neste caso, não nos interessam os folhetins que são protagonizados pelos partidos do chamado «arco do poder», quanto a saber quem é, ou foi, o Governo mais corrupto ou mais vulnerável aos interesses do capital. As acusações mútuas por parte daqueles que se têm perpetuado no Governo, sozinhos ou ligados, ao longo das últimas quatro décadas (PS, PSD e CDS-PP), não são mais que cortinas de fumo para tentar esconder o óbvio: **é tudo farinha do mesmo saco!**

De facto, todos esses partidos têm reais e graves responsabilidades na deterioração e agravamento da situação política, económica e social que se vive no País, em particular na captura do poder político pelos interesses económicos instalados.

Precisamente por ser assim, este tipo de governação, decorrente do sistema capitalista vigente e sob o qual se abrigam os oportunistas que usam o poder para realizar os seus interesses e negócios espúrios, ficou denominado e reconhecido na sociedade como «bloco central de interesses».

Os trabalhadores são as vítimas deste sistema podre e caduco

A comunicação social fez referência à viagem a França do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade, à conta da Galp, relacionando esta notícia com o facto de a empresa ter um vasto rol de processos litigiosos com a Autoridade Tributária, tendo sido inúmeras vezes condenada a devolver ao Estado avultadas quantias de dinheiro. Presentemente, a Galp mantém uma situação litigiosa com a AT, motivo pelo qual há quem defenda que o secretário de Estado deve ficar impedido de ter intervenção neste processo.

No entanto, como sempre acontece quando estão em causa os direitos dos trabalhadores, também agora a comunicação social em geral, com louváveis excepções, ignorou que outras situações similares podem ter influência no mundo do trabalho, com graves implicações para quem ganha a vida a trabalhar.

É preciso recentrar a questão, pois a nós, trabalhadores, o que nos interessa é denunciar, do ponto de vista ético, político e social, as consequências que decorrem da subordinação dos governos ao poder económico, designadamente quanto às relações de promiscuidade que podem degenerar no comprometimento e no acentuar das injustiças, das desigualdades e da brutalidade contra os trabalhadores.

Se é legítimo relacionar a viagem paga pela Galp ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais com o conflito de interesses que a empresa tem com o Fisco, **não é menos legítimo relacionar com o conflito laboral, que a empresa tem com os seus trabalhadores, as viagens que foram pagas também pela Galp a outros dois secretários de Estado** para assistirem ao mesmo evento – estando neste caso envolvido o Ministério que tutela a Petrogal/Galp, pois trata-se dos secretários de Estado da Indústria e da Internacionalização, respectivamente João Vasconcelos e Jorge Costa Oliveira.

A este respeito, importa lembrar que:

- Depois de a Petrogal/Galp ter sido condenada por mais de uma dezena de tribunais, com a proibição de impedir, restringir ou obstaculizar de qualquer forma o pleno e efectivo exercício do direito constitucional da greve, **veio a empresa obter tudo o que os tribunais recusaram, por via de despachos anti-greve emanados, precisamente, do Ministério da Indústria e, também, do Ministério do Trabalho.**

- Por outro lado, quanto ao ataque à contratação colectiva e aos direitos que nela estão consagrados, não ignoramos as pressões que têm sido feitas para que o Governo actue no sentido de servir os interesses da Petrogal/Galp. Consideramos que **a «argumentação» construída pela DGERT para «fundamentar» a caducidade da contratação colectiva mostra tanto de capacidade inventiva, quanto de falta de rigor, de isenção e de análise histórico-jurídica deste processo.**

Intensificar a luta é o caminho a seguir

É fundamental denunciar estes factos e, sobretudo, compreender que a nossa luta é o elemento decisivo para construir uma sociedade verdadeiramente democrática e civilizada, em que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados e garantidos.

Não ofendam mais a nossa inteligência com as historietas dos «códigos de conduta».

A administração da Galp Energia tem desde há muito tempo um «código de ética». No entanto, a história da Galp Energia é uma história de sucessivos atropelos à legalidade, desde o processo da sua privatização e entrega ao capital privado até aos dias de hoje.

Como alguém disse, se há governantes dispostos a fazer fretes aos ricos é por sabermos que, para obterem os favores da riqueza, é preciso primeiro servi-la. Ou, dito em linguagem mais corrente, «não há almoços grátis».

A gravidade dos factos e da situação que foi criada exige que sejam retomadas acções junto das instâncias do Governo, Presidência da República e Assembleia da República, entre outras.

Exige, por outro lado, o reforço da unidade entre os trabalhadores e o prosseguimento da luta em defesa do direito de negociação e de contratação colectiva, dos direitos laborais e das conquistas sociais, nomeadamente os regimes de saúde e de reforma.